



# Observatório da Oposição

4 DE SETEMBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 18

**Os Campeões  
Nacionais voltaram -  
após lotear empresas  
estatais,  
governo PT  
avança sobre  
grandes  
corporações  
privadas no  
Brasil**

**EV AIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

**RM**

**SENADOR ROGÉRIO MARINHO**  
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL  
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

# BIDDES



# PRIORIDADES DA SEMANA

1

POLÍTICA

2

ECONOMIA

## SÍNTESE

- Infelizmente, nomeações políticas em conselhos de Administração de empresas estatais são de praxe no governo PT.
- No entanto, essas intervenções indevidas também passaram a ocorrer em conselhos de companhias majoritariamente privadas.
- Retoma-se a política espúria das “empresas campeãs nacionais”, que recebem o apoio governamental em troca de contrapartidas poucos republicanas.
- Esse “capitalismo clientelista”, caracterizado pela relação imprópria entre público e privado, contribui para o cenário de corrupção sistêmica no Brasil.

**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

# 1 POLÍTICA

## Cenário de corrupção alimentado pelo capitalismo clientelista

- A prática de designar membros do Partido dos Trabalhadores (PT) e ministros para integrarem os Conselhos de Administração tem sido um padrão recorrente em governos do partido. Nesse sentido, o governo Lula 3 não tem sido diferente: durante o primeiro semestre deste ano, **o governo procedeu à substituição de pelo menos 52 membros nas principais empresas estatais.**
- Para além das empresas estatais, o governo também avança sobre as empresas de capital predominantemente privado. Um dos mecanismos utilizados tem sido a nomeação por meio de indicações do BNDES, que detém ações de empresas fechadas e abertas.

Com o objetivo de ilustrar, dentro do conjunto de quinze empresas de capital aberto em que o governo mantém participação através do BNDES, foram identificadas intervenções governamentais e tentativas em pelo menos quatro delas: Tupy, JBS, Eletrobrás e COPEL.







- Cabe ressaltar que o BNDES possui uma [Política de Indicação em Colegiados](#), estabelecendo, dentre outros fatores, que “somente poderão ser Indicados do Sistema BNDES em Conselhos de Administração de Entidades e Empresas cidadãos de reputação ilibada, com notório conhecimento e formação acadêmica compatíveis com o cargo para o qual sejam indicados [...]”.
- Adicionalmente, é imposta uma **proibição explícita quanto à indicação de indivíduos que atuem como representantes do órgão regulador ao qual a Entidade ou a Empresa está submetida**, bem como àqueles que detenham cargos estatutários em partidos políticos ou ocupem mandatos no Poder Legislativo de qualquer nível federativo, mesmo quando licenciados.
- Apesar disso, o governo aparelha empresas privadas e ensaia a retomada da política de empresas “campeãs nacionais”, que recebem **benefícios e facilidades excessivos**, em troca de **retribuições futuras** ao governo. Frequentemente, isso se traduz em contratos substanciais com empresas estatais, atendimento de pleitos regulatórios ou empréstimos favoráveis provenientes de instituições bancárias governamentais.
- A presente relação inadequada entre a iniciativa privada e o governo tem sido designada como “capitalismo clientelista” ou “capitalismo de compadrio”, infelizmente característica da gestão do PT e um dos fatores-chave para explicar a corrupção sistêmica no Brasil.



## 1. Tupy

- No dia 25/8/2023, a empresa Tupy S.A. emitiu um [fato relevante](#) aos seus acionistas, informando a respeito da renúncia dos membros do Conselho de Administração, Carla Gaspar Primavera e Fabio Rego Ribeiro. Ato contínuo, a organização recebeu indicações por parte do acionista BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que propôs Anielle Franco e Carlos Lupi como substitutos.
- A reunião realizada contou com a participação de sete conselheiros, os quais deliberaram sobre a aprovação dos novos conselheiros, Anielle Franco e Carlos Lupi. A decisão não foi completamente consensual: quatro conselheiros expressaram seu apoio à inclusão dos novos membros, enquanto **três optaram por se abster da votação**.
- Atualmente, Anielle ocupa o cargo de ministra da Igualdade Racial e Carlos Lupi exerce o cargo de ministro da Previdência Social.
- Ambos os indicados não possuem histórico profissional no segmento metalúrgico e, ainda assim, enfrentarão o desafio de administrar uma das principais corporações multinacionais do setor no Brasil.
- Segundo dados divulgados pelo [jornal Estadão](#), os conselheiros da metalúrgica receberão retribuições (“jetons”) de aproximadamente R\$ 36,1 mil por mês. Por sua vez, o veículo [Money Times](#) aponta que o salário dos conselheiros da companhia variaram entre R\$ 465 mil e R\$ 1 milhão nos últimos anos.



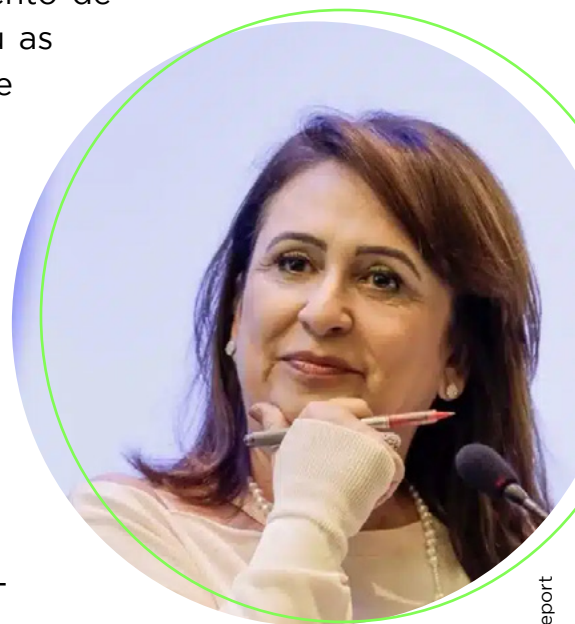




## 2. JBS

**EVAIR** DE MELO | DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

- Dois ex-ministros de governos do PT passaram a integrar o [Conselho de Administração da JBS](#), a saber, Kátia Abreu, que ocupou o cargo de ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de 2015 a 2016, e Paulo Bernardo, que desempenhou as funções de ministro das Comunicações entre 2011 e 2014, além de ter ocupado a posição de ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão de 2005 a 2010.
- Conforme reportagem veiculada no [periódico "O Globo"](#), a indicação de Kátia Abreu é percebida como uma contrapartida decorrente da sua impossibilidade de ocupar uma posição na diretoria executiva de agronegócios do Banco do Brasil, tendo em vista que afrontaria a Lei das Estatais.
- No tocante a Paulo Bernardo, é pertinente recordar que experimentou um período de [detenção em decorrência da Operação Lava Jato](#), em 2016. Na ocasião, a Procuradoria-Geral da República (PGR) imputou a Paulo Bernardo, bem como à sua ex-cônjuge, Gleisi Hoffmann, a alegação de terem requerido a quantia de R\$ 1 milhão, proveniente de desvios ocorridos na Petrobras, destinados à campanha eleitoral de Gleisi Hoffmann ao Senado.



Money Report



Exame



### 3. Eletrobrás

- Até o presente momento, [o conselho da empresa é influenciado majoritariamente pela 3G Radar](#), uma empresa afiliada ao grupo 3G Capital Partners de Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira. Apesar de deter uma participação minoritária na Eletrobrás, a 3G Radar indicou Ivan Monteiro, Vicente Falconi, Felipe Vilela Dias, Elvira Baracuhy Presta e Pedro Batista de Lima Filho como membros do conselho.
- No entanto, de acordo com reportagem veiculada no [periódico “Money Times”](#), os principais acionistas da Eletrobras (ELET3) e o governo Lula buscam um acordo que poderá culminar na ampliação das indicações do governo.
- Ainda em relação à Eletrobras, o governo está atuando em outra frente, buscando recuperar sua influência na empresa estatal através da impugnação da lei de desestatização da Eletrobras, por meio de uma [Ação Direta de Inconstitucionalidade](#) defendida junto ao Supremo Tribunal Federal.

Apesar de deter 42,6% das ações da empresa, a União ocupa somente um lugar no conselho por conta do previsto na [lei sobre a desestatização da companhia](#). A proposta em negociação visa conferir poder à União de indicar três das oito vagas no conselho da Eletrobras.





## 4. COPEL

- Para a empresa de energia, [o governo realizou indicações](#) de **Geraldo Corrêa de Lyra Júnior, que já atuou como piloto da ex-presidente Dilma Rousseff, e Jacildo Lara Martins, colega de Janja da Itaipu Binacional em Curitiba** e convidado da cerimônia de posse presidencial em janeiro.
- Em um episódio anterior, o referido piloto do avião presidencial esteve envolvido em uma situação desconcertante que gerou uma crise no Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Sem autorização, Geraldo Júnior permitiu a presença de uma amiga pessoal em um voo que levava a presidente Dilma Rousseff para um período de descanso em Natal (RN) durante o carnaval. [Segundo testemunho de Amanda Correa Patriarca](#), educadora física, Jacildo permitiu sua presença no voo por ser amigo de sua família.
- Considerando a experiência pregressa e a formação profissional de Geraldo Júnior, não observa-se qualquer relação com os produtos e serviços comercializados pela empresa, além de destoar significativamente dos demais indicados para o Conselho de Administração.
- Por sua vez, em que pese Jacinto Martins ser funcionário de carreira de Itaipu Binacional, uma empresa de energia, consta em seu currículo divulgado pela [COPEL apenas experiências com tecnologia da informação e processamento de dados](#), não havendo relato de experiência prévia na gestão de operações no setor em que atua a COPEL ou mesmo de gestão em companhia de igual porte.



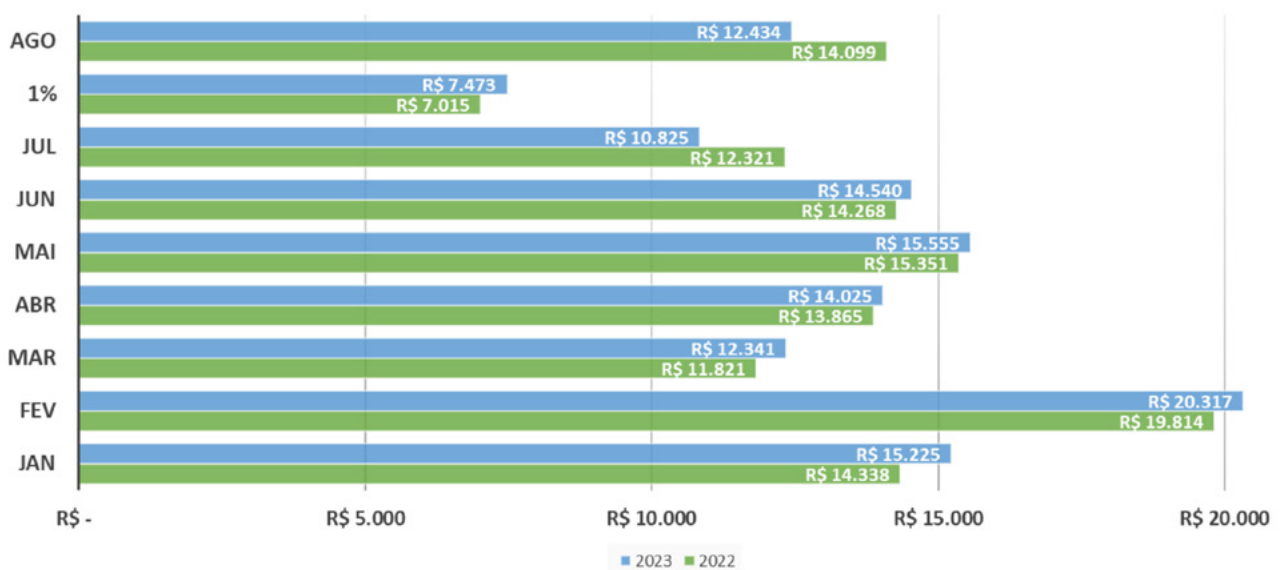


## ECONOMIA

# Governo cria novos impostos, mas arrecadação cai e compromete finanças de cidades de 16 estados

- [Cidades em 16 estados promoveram paralisações](#) em serviços administrativos devido a problemas orçamentários motivados por quedas nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- [Como mostrado pela CNM](#), os repasses do FPM tiveram queda de 0,13% em valores deflacionados. De acordo com a Confederação, no segundo repasse de agosto, a [queda real foi de 17%](#).
- O gráfico abaixo mostra as quedas relatadas, sobretudo no mês de agosto:

### Valores Mensais Deflacionados (R\$ Bilhões) do FPM - Comparação 2022/2023



Fonte: CMN. Elaboração: Observatório da Oposição.



- Além dos valores menores, alguns municípios foram mais afetados que outros, com maior impacto em municípios do Norte e do Nordeste.
- O presidente da CNM, **Paulo Ziulkoski**, resumiu os problemas financeiros em [manifesto](#):



**“Hoje, 51% dos municípios estão no vermelho. No mesmo período do ano passado, apenas 7% registraram déficit primário no período. E o futuro é pessimista. A cada dia, Brasília cria novas atribuições sem a fonte para o custeio. Não há mais condições de governabilidade”.**

- Com metade dos municípios em déficit, é impossível que a saúde financeira das cidades seja mantida.
- Parte do problema reside justamente nas finanças do Governo Federal, que ampliou o déficit primário e maiores isenções no Imposto de Renda sem compensação no primeiro semestre.
- No entanto, os problemas não se resumem apenas a valores. [Prefeitos relataram atrasos nos repasses que não ocorreram na gestão anterior.](#) Com isso, o planejamento dos municípios se prejudica com a incerteza sobre a existência ou não do dinheiro em caixa.
- Em vez de endereçar os problemas, o governo apresenta como solução um “Novo PAC” que, supostamente, levaria empregos e dinheiro aos municípios.
- **O governo federal esquece que de nada adianta criar novos programas e ampliar o déficit público federal se não poderá cumprir nem mesmo as tarefas constitucionais, como o FPM.**





“O futuro a Deus pertence, nós não sabemos diante do imponderável”, diz Tebet.

## “O futuro a Deus pertence”, mas o presente já mostra piora fiscal

- Recentemente, a Ministra do Planejamento, Simone Tebet, demonstrou [insegurança](#) na meta fiscal de déficit zero em 2024 ao expressar: [“o futuro a Deus pertence, nós não sabemos diante do imponderável”](#).
- Desde a discussão inicial sobre o arcabouço fiscal, já se falava que a meta proposta pelo governo era irreal não por ser inatingível, mas pela estratégia em contar apenas com aumento de arrecadação para corrigir as contas públicas.
- Até mesmo [quadros do PT consideram que a meta é inexecutável](#) e deverá levar a contingenciamentos no ano que vem.





Pedro Ladeira/Folhapress

Não é apenas no futuro que o resultado fiscal se mostra incerto. Recentemente, o governo fechou o mês de julho com déficit de R\$ 35,9 bilhões apenas no mês - o maior já registrado fora da pandemia. No ano, o déficit foi de R\$ 78,2 bilhões.

No mesmo período do ano passado, registrou-se **superávit** de R\$ 73,24 bilhões. É praticamente uma PEC de Transição de diferença.

- Ainda assim, o governo ainda aposta em uma arrecadação considerada por jornalistas como “matemática”. São receitas incertas, não recorrentes e/ou superestimadas que mal fazem frente às despesas propostas.
- Para se justificar, o governo falou de aumento de despesas e de queda de arrecadação. Esqueceu, porém, que **parte da queda de arrecadação veio de medidas escolhidas pelo próprio governo, como a mudança na política de preços da Petrobras.**
- Isso revela que as políticas adotadas pelo governo já afetam o presente das contas públicas. Sem uma mudança no direcionamento do Executivo, o resultado será o divulgado na discussão do novo arcabouço fiscal: **maior déficit, maior dívida, maiores juros e menor crescimento.**



# Frustração de receitas nos Fundos Exclusivos e Offshores



- O Governo encaminhou para o Congresso duas medidas arrecadatórias: a tributação de fundos exclusivos e *offshores*.
- Apesar de os projetos terem mérito em diversos pontos, eles **não cumprem o papel de serem fontes seguras de financiamento para gastos e renúncias planejadas pelo governo**.
- Apesar de se propagandear mais de R\$ 20 bilhões de receitas com as duas medidas em 2024, essas receitas são incertas por diversas razões.
- As duas propostas alcançam rendimentos auferidos no passado, adiantando a tributação. Esses pontos podem ser retirados da proposta ainda no Congresso ou serem questionados judicialmente. Em ambos os cenários, teria-se uma receita fiscal menor do que a estimada.
- Mais do que isso, criou-se um mecanismo de adiantamento de tributação de investimentos no exterior a uma taxa de 10%.
- Especialistas apontam que esse adiantamento pode não atingir muitos investidores, já que, do ponto de vista financeiro, a essa alíquota, valeria mais adiar a tributação.
- Alerta-se que, apesar de trazer o conceito de *trusts* para o ordenamento jurídico brasileiro, o [projeto coloca obrigações](#) sobre essas figuras que os próprios contratos dos *trusts* ou a lei dos países em que esses foram formados podem contrariar, o que gera insegurança jurídica no país, com possível judicialização.

Os projetos, supostamente, seriam suficientes para compensar a isenção do imposto de renda e o aumento do salário mínimo, que custariam, em renúncias e em despesas, R\$ 6,5 bilhões em 2023, R\$ 10,9 bilhões em 2024 e R\$ 11,2 bilhões em 2025, segundo estimativas do Ministério da Fazenda.